

*Aquilombar, Verbo Intransitivo:
Experimentações Dialogadas entre Clóvis Moura e
Beatriz Nascimento em Aquilombagem Crítica*

Rosimeire Barboza da Silva

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Gersiney Santos

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ABSTRACT

In the text, we propose a dialogued and epistemological experimentation between the conception of *quilombagem* (Clóvis Moura) and *quilombo* (Beatriz Nascimento), in the context of *Critical Aquilombage* (CA). Even starting from apparently different perspectives and theoretical frameworks, both intellectuals identify a non-negotiable transformational process of material and symbolic conditions which politically propels the black narrative in a strategic way. Thus, CA may be seen as an ontological reconfiguration focused on the black experience, in which *aquilombage* equates to *re-existence*.

Keywords: Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, quilombo, black ontology, Critical Aquilombage.

No texto, propomos uma experimentação epistemológica dialogada entre a concepção de *quilombagem* (Clóvis Moura) e de *quilombo* (Beatriz Nascimento), a partir da *Aquilombagem Crítica* (AC). Mesmo partindo de perspectivas e quadros teóricos aparentemente distintos, ambas as figuras intelectuais identificam um processo transformacional inegociável de condições materiais e simbólicas, o qual propulsiona politicamente a narrativa negra de forma estratégica. A AC, desse modo, apresenta-se como uma reconfiguração ontológica voltada à experiência negra, na qual *aquilombar* se equipara a reexistir.

Palavras-chave: Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, quilombo, ontologia negra, Aquilombagem Crítica.

“Nosso trabalho propõe-se a teorizar a experiência negra com o propósito de restauração, na busca para que novos caminhos sejam possíveis.” – Abayomi Jamila

Introdução: localizando o quilombo

Este trata-se de um texto polifônico. Vozes diversas o compõem e, por essa razão, apresentamos momentos que correspondem a algumas etapas que, oxalá, orientem para uma provocação fértil. Traremos dois dos maiores nomes comprometidos com epistemologias honestas referentes à população negra no Brasil: o intelectual piauiense Clóvis Moura e a pensadora sergipana Beatriz Nascimento. Para tanto, o eixo de contato para o que compreendemos como diálogo será o quilombo, uma configuração tão característica da história de resistência e luta da população negra brasileira. Nos últimos anos, trabalhos de relevo (Ratts 2006; Batista 2016; Alcântara 2017; Reis 2020) têm discutido o deslocamento do termo quilombo de uma noção territorial de resistência para ser compreendido por meio de uma pulsante polissemia ligada a existências sociais e políticas.

Mencionamos que, na pluralidade de vozes que compõem esta reflexão, aqui também ocorrerá um convite para a ação. Estamos nos referindo ao entendimento da Aquilombagem Crítica (AC), uma proposta de ação ontológico-epistemológica, baseada na perspectiva discursiva crítica do uso da linguagem e dos textos, com vistas a reforçar a contribuição do pensamento de autorias negras para a intelectualidade brasileira (e até internacional). Será por meio da Aquilombagem Crítica que intentaremos, com base nas contribuições da respeitada dupla de intelectuais, dar mais um passo no projeto de restauração ontológica afrodescendente: a (re)conexão voltada à reexistência (Souza 2009).

Para início de conversa, cabe exaltar a luta dos movimentos negros para pautar uma agenda positiva de direitos em nível de publicações e espaços culturais de expressão negra. A polissemia de quilombo, pois, pode ser traduzida em formas igualmente múltiplas de ser e estar em locais (geográficos ou não) constituintes do mundo social. A esse processo, utilizando-nos do conceito defendido por Ana Lúcia Silva Sousa (2009; 2011), chamaremos de reexistências. Tais processos (de reexistência) ocorrem tanto no plano simbólico (de revitalização de nossas estratégias ancestrais de resistência) quanto no plano material de contestação do projeto antinegro ou antinegitude (Pinho & Vargas 2016), cerne da formação social brasileira (Moura 1959; 1994; 2001; Nascimento 1985; Souza 2017).

A postura revolucionária de ressignificação é bem-vinda e fundamental, posto que interpela de maneira contundente a forma como nos relacionamos com nossa ancestralidade, orientando-nos a organizar inclusive nossas tradições teóricas e heranças intelectuais. Trata-se de algo vital. Há muito, a intelectualidade

negra tem sido precisa em expor práticas de usurpação, silenciamento, apagamento e desperdício das experiências da população negra. Ainda assim, parece-nos que as denúncias sobre as sistemáticas tentativas de apagamento de modos não colonizados de conhecimento encontram maior ressonância quando potencializadas por nomes críticos ao sistema de privilégios da branquitude (Cardoso 2010; 2014; Bento 2002), mas inconformados ante o desperdício do potencial que possui a experiência (Santos 2002). O desperdício mencionado pode se configurar como o epistemicídio – típica de uma razão científica indolente. A despeito de alianças como as citadas (de investigadores e investigadoras de nações economicamente superdesenvolvidas, às custas de processos de escravização e extermínio), a intelectualidade negra brasileira, mais do que nunca, vem pensando e trabalhando em interpretações robustas sobre a sociedade no País. Negras e negros, nas mais diferentes instituições e espaços de luta política, têm apontado como funciona o alijamento do saber afrodescendente das genealogias que oficializam o que é ou não relevante – assim como quem deve ter ou não a consideração e a legitimação para falar e teorizar acerca das complexidades sócio-históricas nacionais.

Nesse sentido, também como um passo ilustrativo da AC, objetivamos revitalizar as contribuições centrais de Clóvis Moura e Beatriz Nascimento para o pensamento social brasileiro unindo-os pelo entendimento de união político-transformacional, a partir de suas formulações a respeito da formação social e política dos quilombos. Os espaços de aquilombamento brasileiros, provavelmente, devido a sua gênese revolucionária, durante muito tempo, foram quase relegados ao esquecimento, e, quando abordados, passaram a ser objeto de sistemática deturpação conceitual. Sendo, portanto, elo de extrema importância para o que defendemos, junto à AC, fazemos um chamamento para o diálogo crítico no qual as figuras de Nascimento e Moura serão fundamentais. Aqui, ilustraremos maneiras epistemológicas de resgate de ontologias coletivas ancestrais, necessárias para projetos consistentes de retomada de narrativas pavimentadas em estratégias de intervenção. Ademais, entendemos este exercício reflexivo como uma forma de reinscrever tais contribuições no debate público.

Antes de prosseguir, acreditamos ser importante sublinhar que, apesar dos processos de silenciamento e invisibilização que cercam a produção intelectual de pessoas Negras (Ratts 2006), Intelectuais negras e negros não são uma novidade. Sempre houve pronunciamento da resistência negra na cena pública, mesmo em condições adversas, nas quais o branqueamento epistêmico foi estimulado, reforçado e premiado (Nogueira 2020). Ratificamos tal agência pelo fato de tanto Clóvis Moura quanto Beatriz Nascimento terem tido parte considerável de suas contribuições ao pensamento social brasileiro suprimidas das genealogias e

narrativas hegemônicas – que, em instituições de ensino superior e escolas, foram e são ensinadas repetidamente à exaustão. É por isso, também, que a experimentação dialogada ora proposta busca atender parcialmente ao convite urgente que nos faz Ana Paula Procopio: a revitalização dos marcos que “adensaram politicamente a luta antirracista no país” para “refazer criticamente os percursos de fortalecimento dos movimentos sociais negros como sujeitos coletivos e históricos” (Silva 2017, 227); um pequeno passo de uma práxis negra em direção a uma sociedade efetivamente antirracista, anticapitalista e feminista.

Assim sendo, nossa reflexão está dividida em seis seções que perpassam a apresentação das figuras de Clóvis Moura e Beatriz Nascimento em suas concepções sobre a noção de quilombo mais a inter-relação de seus construtos epistemológicos com a proposta transformacional da AC. Esquemáticamente, na primeira seção, oferecemos um panorama parcial sobre o percurso intelectual de Clóvis Moura. Na segunda, voltamo-nos à contribuição específica aos estudos dos quilombos e à perspectiva por ele cunhada como ‘quilombagem’. Na terceira seção apresentamos Beatriz Nascimento em seu esforço ontológico e epistemológico referentes à busca da amplitude do conceito de quilombo. Na quarta seção, são resgatados alguns dos debates que a pesquisadora empreendeu para situar historicamente a organização social quilombola. Na quinta parte, apresentamos uma experimentação dialogada entre o que poderia ser uma aproximação pertinente às concepções de quilombagem e quilombo localizadas na perspectiva da Aquilombagem Crítica (Santos 2019). Na sexta e última seção apresentamos estratégias conceituais promovidas no escopo da Aquilombagem Crítica voltadas à intervenção protagonista de Moura e Nascimento.

Clóvis Moura: “quilombagem” como arma permanente de negação do sistema

O jornalista e historiador Clóvis Moura (1925-2003), forma parte da tradição brasileira de intelectuais negros e negros marxistas que, embora apenas recentemente tenham vindo a gozar de um reconhecimento relativo, foram e têm sido responsáveis por questionar, empírica e teoricamente, interpretações racistas da formação sócio-histórica brasileira ao longo do século XX e início do século XXI. Militante do Partido Comunista e participante da Academia dos Rebeldes, por um período relativamente curto, no final da vida, Clóvis Moura se dizia ‘um comunista sem partido’.

Responsável por uma ampliação da interpretação marxista sobre a ‘escravidão’, Clóvis Moura introduziu na historiografia e sociologia brasileiras o negro como rebelde (Moura 1959), confrontando a versão gilbertofreyriana de passividade (Freyre 2019). Moura está inserido em uma tradição ampla de

reconhecimento da população negra para além da escravidão dentro da teoria marxista (Davis 2011; James 2001; Mariátegui 2005). Em “Rebeliões na senzala: insurreições, quilombos e guerrilhas”, Moura desloca a gênese da luta de classes para o período colonial/imperial, realocando a ideia de sujeito político na formação social brasileira e reassumindo o conflito como elemento central da formação nacional (Moura 1959). Além disso, em sua crítica histórico-sociológica, rechaça aqueles que identificam as lutas das pessoas escravizadas como inexistentes, expondo como estas lutas tinham consequências amplas para a sociedade. Para Moura, a escravização não poderia ser transformada em um pano de fundo histórico, mas o dinamismo interno desses processos deveria ser enquadrado em uma perspectiva do conflito entre classes: a classe dos senhores e a classe das pessoas escravizadas.

Já em “Dialética radical do Brasil negro: elementos estruturais da formação social”, Moura descreve o escravismo como um processo subdividido em dois períodos articulados. O primeiro período, denomina escravismo pleno – entre 1550 e 1850 – e, o segundo, escravismo tardio – entre 1851 e 1888 – (Moura 1994). O escravismo pleno é caracterizado como o modo de produção central da sociedade colonial e, que nas últimas décadas é tornado imperial, organizando todas as demais camadas, segmentos ou grupos. O escravismo tardio (que se inicia com a extinção do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas pela Lei Eusébio Queirós, de 1850), por sua vez, é caracterizado por uma estratégia de dominação modernizadora-subalternizadora que busca controlar as mudanças processadas na sociedade escravista em benefício da classe senhorial. É justamente esta ‘modernização sem mudança’ que testemunhará a reconfiguração do escravismo e, a consolidação no Brasil, de um capitalismo nacional dependente forjado entre a subalternização política e cultural aos interesses ingleses e um “cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista” (Moura 1994, 53).

Referência nos estudos sobre classe e modo de produção escravista, Clóvis Moura também foi um crítico tenaz da subordinação ideológica dos sociólogos e historiadores brasileiros frente aos EUA, o que denominou como “processo de raciocínio analógico” (Moura 1994). Ele acreditava que esta dependência intelectual era prejudicial, pois impedia um pensamento social independente em relação à racionalidade que regia o modo de produção escravista e os elementos próprios de composição da classe escravizada no Brasil desenvolvidos durante os períodos do escravismo pleno (1550-1850) e escravismo tardio (1851-1888). Entretanto, na contramão da grande maioria de intelectuais dispostos a apagar a classe de suas análises, Clóvis Moura dedicou uma obra robusta a elucidar como a classe se constrói em nosso país numa relação inalienável e inseparável da noção

de raça. Também em desacordo com outros dos principais intérpretes do Brasil (como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda), Moura defendeu obstinadamente o conflito e a contradição fundamental entre senhores e pessoas escravizadas como o elemento dinâmico fundamental da formação social no Brasil.

Quilombagem: *continuum* social, cultural, econômico e político

A definição de quilombo como categoria sociológica é mais um esforço empreendido por Moura de questionamento de interpretações sociológicas e históricas que, embora bastante difundidas, demonstraram-se equivocadas em relação ao processo de constituição da resistência negra sob o colonialismo (e, ao tempo que perdurou tal resistência). No ensaio “A quilombagem como expressão de protesto radical”, Moura sustenta o quilombo como uma “uma estrutura organizada que configura, na sua totalidade, a negação do universo da sociedade escravista, os seus valores e representações” (Moura 2001, 6). Ele argumenta que sua duração coincide com todo o período escravista, iniciando no escravismo pleno e durando até o reconhecimento de pessoas ex-escravizadas como trabalhadoras livres. A esse *continuum* de lutas, revoltas e resistências, que identifica como um longo processo histórico e, não como atos isolados, Moura dá o nome de quilombagem. A quilombagem portanto é a tradução processual da radicalidade dos quilombos: “um continuum social, cultural, econômico e político durante a vigência do sistema escravista” (Moura 2001, 6).

É neste sentido que ele refuta as teses que, supostamente factuais, buscam descredibilizar a resistência negra quilombola citando derrotas e perseguições. Ao propor a quilombagem como um desgaste permanente às forças sociais, culturais, étnicas, políticas e econômicas da escravidão e de seus valores, Moura identifica-a como um processo de resistência revolucionária que, ao destruir e/ou corroer por desgaste permanente a eficiência das bases produtivas do sistema, constitui-se como um processo de transformação radical das relações de produção no escravismo (Moura 2001).

É, portanto, a partir do papel central de ‘desgaste do sistema’ que “a quilombagem deve [...] ser vista como um processo permanente e radical entre aquelas forças que impulsionaram o dinamismo social na direção da negação do trabalho escravo” (Moura 2001, 7). Isso porque, o que está em jogo na constituição da quilombagem são as relações de trabalho, pois é no nível da produção que ela atinge o âmago do sistema escravista, ao negar a própria dinâmica de escravização, subtraindo da equação acumulativa o trabalho escravo. Aponta Moura: “é através da quilombagem que a luta de classes se realiza no bojo das relações senhor-

escravo. É por isto que para compreendê-la [...] temos de encará-la como um processo permanente de negação radical ao sistema escravista” (Moura 2001, 7).

A perspectiva hegeliana que influencia Moura é elaborada como dialética transposta à experiência brasileira, que distingue na quilombagem e nos sujeitos históricos que a executam aquilo que, através de sua presença/ausência, determina o comportamento dos senhores e seus atos de agressão contra o escravizado produtivo. Uma dialética que define o que será compreendido como eficiência do trabalho e a violência permanente à quilombagem: “um símbolo permanente de desarticulação dos valores ideológicos e existenciais do senhor de escravos” (Moura 2001, 8). E também, adicionamos um ‘modo de inscrição ontológica’, uma vez que, ao negar as condições de trabalho sob a escravidão, o quilombola que se nega como ‘escravo’ retoma e transforma sua narrativa, renova sua existência; ou seja, configura “uma nova galáxia existencial e social de homem livre com o qual o senhor de escravos tinha de dialogar, mesmo que fosse em posição radical a ela” (Moura 2001, 8).

A radicalidade mouriana, tal qual sua concepção de quilombagem, é incontornável, pois ao incluir nos cálculos políticos e econômicos da dominação escravista a centralidade da resistência revolucionária da quilombagem, o eixo da interpretação das relações sociais sob o colonialismo é deslocado do senhor para o escravizado. Um senhor revisado que, sob o escrutínio histórico, delinea os elementos essenciais de sua conduta em função de “como ele atua para se defender do inimigo fundamental e permanente do seu prestígio e riqueza” (Moura 2001, 8). Um senhor que tem no quilombola – fugitivo da senzala e do trabalho – sua negação dialética.

O papel desarticulador que a quilombagem exerce a partir do centro do sistema escravista é para Clóvis Moura “um componente dos mais importantes [...] das contradições que impulsionaram a dinâmica de mudança social rumo ao trabalho livre” (Moura 2001, 9). Um processo social contínuo de protesto que se desenvolve desde a estrutura escravista, destruindo-a histórica, econômica, étnica e socialmente.

Beatriz Nascimento: o quilombo como organização de uma sociedade para si

Historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos, Beatriz Nascimento (1942-1995) representa mais uma das dívidas históricas que o estado brasileiro contraiu com o pensamento social negro. Com uma produção intelectual diversificada, o reconhecimento das contribuições de Beatriz Nascimento tardou mais do que o outorgado a Clóvis Moura. É com o livro “Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento”, publicado em

2006, que o pesquisador Alex Ratts disponibiliza a um público amplo alguns dos textos essenciais da autora. A partir da publicação, conceitos como o de ‘quilombo’ passam a integrar debates emergentes nos estudos feministas negros brasileiros e, juntamente com outras ilustres intelectuais negras (Carneiro 2011; Gonzalez 1983; Santos Souza 1983), as contribuições teóricas de Beatriz Nascimento vão sendo paulatinamente revitalizadas.

O trabalho mais conhecido de Nascimento talvez seja a ampla pesquisa histórica realizada para conceber o roteiro e a narração do filme “Ôrí” (1989), dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber. Em parceria, diretora e roteirista propõem um filme voltado aos movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988, que, em uma perspectiva do Atlântico Negro e das relações diaspóricas entre Brasil e África, tem o quilombo como eixo narrativo. Para Ratts, a relevância de “Ôrí” traduz uma das características mais marcantes de Beatriz Nascimento: sua capacidade de escrever e falar “com uma declarada intenção estética” (Ratts 2006, 28).

Embora tenha trabalhado intensamente em temas relacionados à situação da população negra no Brasil, dedicando-se também à criação e organização do Movimento Negro Unificado (MNU), o envolvimento de Beatriz Nascimento com a militância e a academia não repercutiu em sua integração nos circuitos institucionalizados de produção do conhecimento. Alex Ratts chama a atenção para a mulher negra acadêmica, ativista e intelectual que foi Beatriz Nascimento:

[...] a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual. Qual o tempo que as mulheres negras têm para ler? A que leituras que se dedicam? (...) quantas possuem condições para adentrar na universidade? Destas, quantas se tornam pesquisadoras, professoras e intelectuais? (*ivi*, p. 29).

Conquanto o debate sobre as intelectuais negras – que exercendo atividades na vida universitária continuem com seus trabalhos e esforços invisibilizados – seja urgente, ele parece seguir circunscrito às reflexões de intelectuais feministas negras comprometidas com a transformação das formas de produção, difusão e exploração do conhecimento nos circuitos institucionalizados – estes ainda eminentemente brancos e eurocêtricos, da academia Ocidental (Carneiro 2005; Collins 2016; hooks 1995). Certamente tais reflexões são incontornáveis e necessárias; no entanto, por estar em desenvolvimento, ainda tem um percurso significativo para transformar mais sensivelmente o atual conjunto, abertamente elitista.

A realidade de alijamento das mulheres negras nos espaços de conhecimento acadêmico continua a ocorrer. Em uma economia política do conhecimento no qual o pacto narcísico da branquitude (Bento 2002; Carone & Bento 2014) conduz a população caudatária da branquitude a privilégios materiais concretos, o acesso aos circuitos universitários continua a ser definido por uma complexa rede de relações, indicações e apadrinhamentos que não incluem a população negra ou racializada como não branca. Como aponta Ratts,

intelectuais brancos, que não deixam de ser atuantes (...) em seus campos de pesquisa/intervenção, fazem desse circuito próximo suas redes profissionais. Promovem uns aos outros, citam-se mutuamente em seus escritos. Criam ou elegem para si fechados espaços acadêmicos e quase nunca evidenciam a branquitude que os amalgama, ainda que se aproximem de um(a) ou outro(a) intelectual negro(a) (Ratts 2006, 30).

Assim, embora Beatriz Nascimento esteja tendo uma introdução tardia nos debates intelectuais como uma autora “acadêmica” (*ivi*, p. 30), é indiscutível que o seu trabalho, em grande parte não reconhecido, representa um contributo analítico significativo para as relações sociais e raciais no Brasil contemporâneo.

Quilombo: marco na capacidade de resistência e organização do povo negro

Outra experiência de acesso ao pensamento de Beatriz Nascimento pode ser visto em “O negro da senzala ao soul”. Trata-se de um documentário realizado pelo Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo (1977) que registra a rearticulação do movimento negro brasileiro, na ditadura militar, com depoimentos de intelectuais e ativistas como a própria Beatriz Nascimento, Eduardo Oliveira e Oliveira e Hamilton Bernardes Cardoso. Utilizando o movimento estadunidense da *soul music* estadunidense, seus temas e sua cultura como estratégia narrativa, o documentário registra o sentimento de orgulho e pertencimento que incentivou a mobilização política contra o racismo e em favor de direitos nos anos 1970. Em sua intervenção no documentário, Beatriz Nascimento reivindica uma narrativa da organização social do quilombo a partir de uma historiografia comprometida com o reconhecimento da existência negra livre, pois, segundo afirma, “a história não só foi omissa mas também perversa porque deforma a história de luta pela liberdade em mais de quatro séculos contra a escravidão” (Leandro 1977).

A preocupação histórico-metodológica de Nascimento com os relatos uníssonos sobre o período da escravização é pertinente, pois, além da “história do Brasil ser uma história escrita por mãos brancas” (Leandro 1977), as fontes

documentais utilizadas em nossas pesquisas são documentos produzidos por aqueles que detinham o monopólio da repressão, ou seja polícia, judiciário e os poderes legislativo e executivo. Assim, Nascimento defende que as fontes documentais têm de sofrer um escrutínio rigoroso, uma vez que foram elaboradas dentro de um contexto repressivo e que as representações ali plasmadas, respondem aos interesses particulares das classes dominantes (Leandro 1977). Assim, quando questionada sobre como seria uma história reescrita por negras e negros, pondera:

Eu acho que para empreender um estudo crítico a respeito da história do negro e, trazer ao mesmo tempo para o negro a perspectiva do que foi a sua história real, você tem que partir da história deles como grupo livre. Como empreendendo uma sociedade livre, mesmo que dentro da sociedade tenham existido escravos. Mas basicamente, o quilombo é homens que procuram conscientemente organizar uma sociedade para si, onde ele possa viver de acordo com o seu passado histórico africano brasileiro, com os seus hábitos, com a sua cultura, com a sua forma de ser (Leandro 1977).

No período entre 1976 e 1994, 'contar a história da população negra como grupo livre' tornou-se uma obstinação na vida de Beatriz Nascimento. É nessa época que ela mergulha em um estudo sistemático e extenso sobre os quilombos. Ratts (2006) faz referência a um projeto desenvolvido na Universidade de São Paulo sobre 'comunidades negras rurais'. É nesse estudo, e no bojo de outras iniciativas nos anos 1970 e início dos anos 1980, que elabora reflexões em torno da noção de território negro e, conseqüentemente sobre os quilombos.

Desde o projeto, Beatriz Nascimento estabeleceu cinco objetivos específicos: i) elaborar um estudo exploratório bibliográfico sobre o que, na historiografia era definido como quilombo; ii) compreender a variedade dos sistemas sociais que a definição de quilombo abrangia; iii) verificar o que garantiria maior ou menor êxito na organização quilombola; iv) estabelecer critérios para a análise espaço-temporal entre as ocupações quilombolas antigas e as do século XX; v) compreender a linha de continuidade entre os sistemas sociais organizados pelos negros quilombolas e os assentamentos sociais nas favelas urbanas (Ratts 2006).

Entre os títulos apropriados para o projeto, Nascimento registra estar em dúvida entre dois: "A memória ou a oralidade histórica como instrumento de coesão grupal" e "A memória e a esperança de recuperação do poder usurpado". A historiadora justificou a dificuldade da eleição por se tratar de uma investigação em curso fruto de trabalho longo e exaustivo. O grande objetivo que alicerça o projeto para Nascimento é demonstrar a 'continuidade histórica do quilombo', para além do período escravista. Como pontua:

Este projeto é também um grande sonho. Cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar “quilombos”, ainda podem e procuram fazê-los.

Não se trata de, no meu entender, exatamente de sobrevivência ou de resistência cultural, embora venhamos a utilizar estes termos, algumas vezes como referência científica. O que procuramos neste estudo é a “continuidade histórica”, por isso me referi a um sonho. (Ratts 2006, 57 apud Nascimento 1989)

Para Nascimento, mais do que as características materiais dos territórios quilombolas concretos, o que perdura é uma aprendizagem sobre o território, a reivindicação de um território ao qual temos direito. Ela ilustra esse posicionamento por meio da simbologia, do que representa e pode representar o quilombo na memória coletiva e afetiva:

Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco (Nascimento 1989).

Como marco na capacidade de resistência e organização do povo negro, Nascimento inscreve o quilombo na dimensão da resistência, uma forma de tradução da “história do negro no Brasil” (Nascimento 1985, 41). Também o insere numa tradição afrodiaspórica do Atlântico negro, estabelecendo conexões entre a experiência brasileira e a experiência angolana. Historicamente, Nascimento também se preocupou em percorrer documentos que a conduzissem a uma genealogia dos quilombos. No artigo “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” (1985) ela menciona que, embora os quilombos fossem conhecidos da corte portuguesa desde 1559, apenas em 1740 uma legislação específica foi formulada como intento de contenção das sublevações:

Assustadas frente ao recrudescimento dos núcleos de população negra livres do domínio colonial, depois das guerras do nordeste no século XVII, as autoridades portuguesas definem, ao seu modo, o que significa quilombo: “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Nascimento 1985, 43).

Para Nascimento, a pulverização dos quilombos, de forma rápida e enérgica, ensejou outras medidas punitivas, como a definição de quilombo como “valhacouto de bandidos” no Código de Processo Penal de 1835. Dessa forma,

observa como o medo mobilizado entre a classe senhorial estimulou juridicamente uma aproximação entre as definições de quilombo com a de insurreições, considerados similares e passíveis da mesma pena: “enquanto perigo à estabilidade e integridade do Império, sendo a pena para os seus integrantes correspondentes à mesma dos participantes de insurreições: ou seja, a degola” (Nascimento 1985, 46).

É interessante notar que, diferentemente de Clóvis Moura, autodeclarado marxista, Nascimento não utiliza o referencial do materialismo histórico nos seus estudos sobre o quilombo. Contudo lança mão da categoria de ‘ideologia’ para teorizar sobre como o quilombo continua a perdurar nas práticas sociais. Nas palavras de Nascimento: “É no final do século XIX que o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão. Sua mística vai alimentar o sonho de liberdade de milhares de escravos das plantações em São Paulo, mais das vezes através da retórica abolicionista” (Nascimento 1985, 46).

Esse papel ‘ideológico’ que o quilombo adquire ao longo do tempo é fundamental para a extrapolação da noção territorial: há um consecutivo deslocamento para uma percepção vivencial dos sentidos e significados da experiência da luta negra. “Buscando o reforço da nacionalidade brasileira através do filão da resistência popular às formas de opressão, confundido num bom sentido o território palmarino com a esperança de um Brasil mais justo onde houvesse liberdade, união e igualdade” (Nascimento 1985, 47). Para Beatriz Nascimento, é justamente a partir desta compreensão expandida e experiencial de quilombo que o movimento negro poderia, mesmo sob o autoritarismo da década de 1970, articular um pensamento social negro livre e vigoroso. A retórica do quilombo, como sistema alternativo para a vida, acabaria por funcionar como o discurso central de emancipação do movimento negro, que o transformaria em símbolo de luta e resistência.

Experimentações dialogadas entre Clóvis Moura e Beatriz Nascimento: o encontro com a Aquilombagem Crítica

No poema “Tempo de nos aquilombar”, a escritora Conceição Evaristo convoca: “É tempo de formar novos quilombos, em qualquer lugar que estejamos”. Evaristo se refere à necessidade contemporânea de resistir à máquina de morte, que instalada nos espaços de poder – como os gabinetes do Palácio do Planalto –, leva a cabo uma das ofensivas autoritárias mais explícitas de implementação integral do projeto antinegritude (Pinho & Vargas 2016) sobre o qual a formação social brasileira se alicerça. Instigando-nos a aceitar a mística quilombola que persiste e, aludindo a uma publicação recente de Angela Davis (Davis & Barat

2016), ela nos recorda que a luta pela liberdade deve ser constante. É a partir dessa compreensão localizada e localizável de repensar o quilombo, como verbo intransitivo e intransigente, que propomos o exercício abaixo.

Clóvis Moura e Beatriz Nascimento: encontros e desencontros (ou reencontros?)

Embora contemporâneos, não há registros patentes que nos possibilitem afirmar que Clóvis Moura e Beatriz Nascimento tenham sido interlocutores. Militante do MNU, e participante assídua de debates e reuniões do movimento negro, não é difícil cogitar que Beatriz Nascimento tenha entrado em contato com elaborações de Clóvis Moura acerca das rebeliões e insurreições negras históricas. Compreendidas em um *continuum* histórico, a base argumentativa da defesa do quilombo por parte do intelectual como expressão de protesto radical negro pode ser aproximada com o entendimento político de Nascimento. A própria Beatriz Nascimento reverbera essa posição teórica quando se propõe a estudar a ‘continuidade histórica do quilombo’. Na experimentação dialogada que propomos, como exercício de reconstrução hipotética acerca do diálogo, um lugar possível poderia ser a Universidade de São Paulo (USP) em um dos barracões onde se localizava a Faculdade de Psicologia nos anos 1970. Talvez a efervescência criada em torno da “Quinzena do Negro da USP” – 22 de maio a 8 de junho de 1977 –, idealizada e organizada pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980), ajude a justificar nossa suspeita. Considerado um dos eventos mais relevantes da história do ativismo antirracista no Brasil, Moura e Nascimento são nomes que empreenderam um esforço acadêmico relevante sobre a temática racial no Brasil e que participaram do encontro¹; assim sendo, entre uma mesa de debate e outra, ambos estiveram dentro de um efusivo compartilhamento de suas e diversas outras pesquisas. Na época, tanto um como a outra já incursionavam no estudo sobre os quilombos.

Como vimos, Clóvis Moura, desde uma perspectiva materialista-histórica, questionava a mitologia de uma suposta passividade do povo negro, formulando uma interpretação robusta sobre as formas de resistência frente à exploração e à escravização (por meio de rebeliões, insurreições, guerrilhas e dos próprios quilombos). Beatriz Nascimento, também já pautara publicamente, inclusive na “Quinzena do Negro da USP”, a continuidade histórica e o papel ontológico do quilombo como catalisador para as lutas negras na contemporaneidade;

¹ O portal Geledés em “Eduardo de Oliveira e Oliveira sobre a USP: ‘nós temos direito a essa instituição’”, menciona a participação de Beatriz Nascimento e Clóvis Moura na Quinzena do Negro na USP. Para mais informações, consultar: <https://www.geledes.org.br/eduardo-de-oliveira-e-oliveira-sobre-usp-nos-temos-direito-essa-instituicao/>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

Nascimento propunha que a nova interpretação do quilombo servisse como um espaço de encontros e reencontros calcados na identificação identitária para a resistência.

Cabe pontuar, entretanto, que estamos lidando com percepções analíticas bastante originais, nas quais há disparidades epistemológicas, metodológicas e teóricas importantes. Mesmo tendo os dois se dedicado ao tema durante longos anos, a obra de Clóvis Moura é um projeto que pode ser entendido como epistemologicamente concluído, consolidado em duas grandes publicações, como mencionado anteriormente. Beatriz Nascimento, por sua vez, por uma série de questões pessoais, não logrou sistematizar e consolidar em vida o resultado de quase 20 anos de pesquisa – registre-se que seu trabalho de dissertação no qual elaborava as reflexões sobre a influência da população negra na historiografia e na cultura no Brasil não foi concluído devido a seu assassinato². O terrível ocorrido não logrou ofuscar suas contribuições críticas e intuições fundamentais para pensarmos o presente. Antes: além de outras coisas, o percurso intelectual de Beatriz Nascimento, cada vez mais, expõe de forma contundente o processo sistemático de alijamento o qual sofrem as mulheres negras nos espaços acadêmicos. Assim, há também que inscrever esse diálogo nas formas como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe expressam-se diferentemente nas trajetórias acadêmicas de mulheres e homens negros. Além disso, há entre as duas perspectivas, o marxismo de Clóvis Moura e o culturalismo transdisciplinar de Beatriz Nascimento, divergências produtivas de serem analisadas. Não sendo escopo desta reflexão, deixamos a sugestão para novas pesquisas.

Aquilombagem Crítica: propostas e(m) diálogos

Nesta seção trazemos à baila como o diálogo entre Beatriz Nascimento e Clóvis Moura podem encontrar caminhos possíveis de concretização nas práticas sociais de enfrentamento ao genocídio da população negra. Traremos o tema da Aquilombagem Crítica (AC), como uma ousadia político-epistemológica que não se afilia a atribuição desequilibrada de importância a nomes individuais.

Em outras palavras, não estamos de acordo com o que chamaremos de exclusividade transformacional – perspectiva ocidental na qual, seletivamente, alguns pouquíssimos nomes são alçados ao posto de referências temáticas, como verdadeiros agentes de uma transformação que não destaca o caráter de continuidade (e de comunidade) em ações de resistência e luta sociais. Em outras palavras, ao criticar a exclusividade transformacional, não aplaudimos a necessidade

² “Professora pode ter sido morta por racismo”. Em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

de seguir louvando eternamente nomes canônicos, a fim de que intelectuais de substância – embora pouco conhecidos ou conhecidas – possam ser também trazidos e trazidas à tona – entendendo que processos de transformação efetivos ocorrem de forma coletivizada e mobilizada. Esclarecemos, portanto, que, de forma alguma, a crítica se destina a pessoas que lutaram ou lutam contra a colonização de mentes e corpos e que alcançaram seu merecido reconhecimento por pares, tampouco que não devam ser lembradas nem defendidas – tal interpretação, aqui, não se aplica, especialmente, devido a nosso respeito ao que argumentam Sueli Carneiro (2005) e Claudia Miranda (2017) sobre o epistemicídio da intelectualidade negra no Brasil. O que estamos aqui defendendo diz mais respeito a compreender que as lutas de viés transformacional não começaram e terminaram com a pessoa insurgente ‘x’, a pessoa pesquisadora ‘y’ ou a pessoa militante ‘z’, mas sim a partir da conjunção dessas e mais forças. Assim, mesmo que não nos seja apresentado diretamente, é preciso sistematicamente enaltecer quem veio antes e, ao mesmo tempo, buscar conhecer (e destacar) a construção de ações de resistência e de reexistência desenvolvidas contemporaneamente (como os quilombos urbanos e quilombos virtuais, por exemplo). Tal conexão, se estrategicamente tecida, poderá simbolizar mais força para os avanços que percebe(re)mos no tempo em que existi(r)mos no mundo social.

Voltando, então, à ousadia epistemológica que mencionamos, na esteira das publicações que vêm sendo compartilhadas sobre a AC (Santos 2019; Santos & Santos & Silva 2021a, Santos & Santos 2021b), a perspectiva crítica da linguagem, ou melhor, dos textos tem sido um ponto fundamental para que reflexões também sejam encaminhadas para ações pragmáticas. Assim, a título esquemático para a proposta de diálogo que embasa esta reflexão, veremos os textos (Bento 2011; Santos 2017; 2019; Albuquerque 2020) como a comprovação de que o registro de nossas ideias – como povo de luta – necessita ser incessantemente estimulado. Conhecimento é alcance. É pelos textos que podemos acessar o que nos deixaram Clóvis Moura e Beatriz Nascimento e alinhar suas energias intelectuais ao que ora propomos como Aquilombagem Crítica.

Como explica Santos (2019), a Aquilombagem Crítica, inicialmente orientada a partir dos estudos críticos sobre o alcance da linguagem, está atenta a como podemos pensar modos de gestar e cuidar do conhecimento observando a importância que os saberes – por vezes depreciados – da experiência (nos termos do autor, da Ancestralidade) oferecem. É um rótulo que intenta convidar para a construção coletiva e consciente de formas para o fortalecimento da população negra e das demais coletividades historicamente violentadas pela lógica vampírica do ocidente. A AC, portanto, é uma proposta cujo objetivo é reunir teorias, metodologias e intelectuais que apontem potenciais direções para o protagonismo

social, mas, com base na tradição ancestral, de modo a abraçar comunidades que (bem como a afrodescendente) quase foram dizimadas pela lógica ocidental e seus mecanismos. À AC importa agregar as diferenças dentro de nossa própria comunidade: para tanto, ela reflete sobre como a reprodução de discursos (i.e., modos de entendimento do mundo social realizados em linguagem e mantidos por relações sofisticadas de convencimento) gerados na/pela branquitude (Cardoso 2010) é uma das armas para o genocídio pluridimensional de nosso Povo.

Vemos que tanto a perspectiva de classe e raça para a agência quanto a de autopercepção ontológica orientada à resistência do pensador piauiense e da intelectual sergipana contribuem para um projeto consistente voltado ao combate do que chamaremos de estratégias de inexistência³. Assim sendo, trabalhos de nomes como Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, assim como os de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez (citando apenas alguns exemplos), ainda que desenvolvidos em contextos, formatos e/ou épocas diferentes, constituem um *continuum* fundamental para pensarmos caminhos que se complementam na luta por autonomia e protagonismo negros. Volta, pois, aqui, a discussão sobre a negação da exclusividade transformacional e da sedução de latifundiária propostas de transformação. No entendimento da AC, sem a junção de forças de relevantes nomes da luta pela dignidade e defesa de direitos da população negra não teríamos chegado (nem chegaremos) a conquistas históricas: operacionalizadas e concretizadas pela mobilização social – lembremos dos movimentos negros e suas diversas configurações no Brasil.

Estamos defendendo, pois, que, mesmo em desenhos diversos, a intelectualidade negra sempre esteve ativa na manutenção da luta pela existência em termos de resistência política desempenhada também por meio de estratégias ancestrais. Assim, defendemos exercitar de forma atualizada nossas leituras: canalizando energia não para o que separa ou rivaliza os temas da resistência negra, mas sim buscando unir pontos que articulem projetos possíveis e coletivos. É sobre isso que inclusive se trata a luta contra a inexistência com o foco na reexistência negra, nossa próxima seção.

³ O debate sobre os conceitos de existência e inexistência desenvolvidos nos próximos parágrafos foram inspirados nas experiências de compartilhamento nutridas no grupo de estudos AFYA Epistemologias em 2021. Neste trabalho, especificamente, propomos um modelo mais amadurecido (inexistência) do que foi construído a partir da provocação conceitual de Daiane Silva Santos acerca de corpos negros dissidentes, no diálogo com a proposta da Aquilombagem Crítica apresentada por Gersiney Santos. O conceito de inexistência aqui descrito, mesmo sintonizado com a temática decolonial, está posto para oferecer um campo de ação mais restrito, voltado às especificidades da população negra brasileira (e de outras partes da chamada América Latina), no que entendemos por diáspora da população negra nas Américas.

Aquilombar como ação intransitiva: existência rumo a reexistências

É com base na mencionada união de forças – simbolizada, nesta reflexão, pelas figuras de Beatriz Nascimento (uma das fontes de inspiração epistemológica centrais para a AC) e Clóvis Moura – que discutiremos um conceito que se agrega à AC como ponto de partida para este experimento epistemológico: a inexistenciação.

O tema da inexistenciação pode ser entendido a partir do que, por meio de rememoração a Abdias Nascimento, aponta Daiane Silva Santos:

No cenário brasileiro, Abdias do Nascimento (...) aborda o modo como o racismo é responsável pelo apagamento da história dos negros que foram escravizados, posto que a memória dos afrodescendentes não possui início com o tráfico escravo ou com a escravidão dos africanos. Desse modo, observa-se que o genocídio negro não é apenas algo que se dá no plano físico, mas que se estende até o nível simbólico. (Santos 2021, 27)

Para a AC, no que toca à inexistenciação, aproximamos as reflexões de Santos (2021) à já aprofundada falta de (autor)reconhecimento da população negra diante das configurações experienciais do mundo ocidental – especialmente das pessoas categorizadas ‘oficialmente’ como pretas (IBGE, 2011). Para avançarmos no debate sobre a inexistenciação, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, remontaremos ao fenômeno linguístico, mais especificamente, ao discurso (linha dos Estudos Críticos do Discurso, os ECD (Santos 2017; 2019; Resende & Silva 2017). Para entendermos a inexistenciação, há que tomá-la como processo estratégico presente na miríade das construções simbólicas componentes das práticas inter-relacionais da sociedade ocidental. Intermediando esse processo, influenciando, e sofrendo dele influência, temos a linguagem, com sua produtividade em termos de negociação discursiva – que, simbolicamente, permite a expressão, a escamoteação ou até o apagamento de existências.

À potencialidade sofismável da linguagem (verbal, não verbal, multimodal) podemos observar o lugar do discurso⁴: em outras palavras, por meio de instâncias comunicativas como palavras, imagens estáticas ou não, gestos etc., expressamos/compartilhamos modos de entendimento do mundo – os quais, dependendo do grau de poder e influência que temos, podem ser aceitos como desejáveis ou indesejáveis, até mesmo verdades absolutas. Desse modo, a inexistenciação pode ser interpretada como um processo discursivo,

⁴ Para um debate mais aprofundado sobre a perspectiva de discurso aqui atualizada, consultar Santos (2013).

historicamente operado por estruturas de privilégio colonial. Como um dos tentáculos do poder dos grupos colonizadores, a inexistência metamorfoseia-se, ao mínimo sinal de risco, inserindo-se, por exemplo, na produção e popularização de tecnologias sociais. Desse modo, o que academicamente vimos discutindo como colonização de corpos, mentes e saberes – em trabalhos anticoloniais acadêmicos e extramuros (Bernardino-Costa & Grosfoguel 2016; Cesaire 1978; Krenak 2020) –, no que toca ao povo negro no Brasil, pode ser epistemologicamente observável como a sistemática neutralização da potência de engajamento para a luta dos grupos historicamente subalternizados (nos quais estão incluídas as pessoas negras). Para tanto, diferentes processos e estratégias de extermínio foram (e têm sido) desenvolvidos com o fim de fragilizar quaisquer tentativas de insurgência diante da exploração. A inexistência é uma forma sutil e rebuscada de apagamento do ser negro.

O que, em certo período histórico, fora operacionalizado por meio da força física e da subjugação – e, aqui, voltamos a mencionar os abusos da escravização perpetrados pelos empreendimentos coloniais europeus (já comentados nas seções sobre Clóvis Moura e Beatriz Nascimento) e abordados em trabalhos como os de Achille Mbembe (2018) –, nos últimos tempos, tem sido feito de modo cada vez mais sofisticado e profundamente conectado a tecnologias discursivas imiscuídas em meios de comunicação social. Vamos além, a linguagem é o manancial perfeito para que processos de esvaziamento como o da inexistência ocorram, mas são os textos (por meio de variados gêneros discursivos) o campo fértil para a consolidação de discursos do tipo (Bento 2011). Tendo em “Pele negra, máscaras brancas” Frantz Fanon já comentado a importância da linguagem para a constituição do ser negro, podemos também ver a inexistência a partir do que Santos (2021) traz, ao mencionar as observações clínicas de Neusa Souza em sua obra “Tornar-se Negro”:

Neusa Souza (1983), psicanalista brasileira, em *Tornar-se Negro*, trata da experiência emocional do negro na busca de ascensão social. A pesquisadora observa que “[...] o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de ‘tornar-se gente’” (loc. 354). Dessa maneira, o racismo leva o sujeito negro a desejar e a invejar aquilo que é antagônico ao seu corpo e a sua realidade. Observa-se a construção de um Ideal de Eu mortífero, de anulação da identidade negra. (Santos 2021, 28)

Trata-se de como a construção simbólica da população negra no ocidente por meio de suas tecnologias materiais e discursivas contribui para a autorrecusa de si como protagonista de narrativas de existência completa. Ainda em sua discussão, a psicóloga-educadora aproxima-se de Lélia Gonzalez para a percepção

de como os processos do que ora defendemos como inexistenciação promovem comportamentos de anulação do ser no mundo, bem como a interiorização de discursos autofágicos em campos centrais para a formação da identidade, como a educação e a cultura, por exemplo. Assim, é vital engajar práticas transgressoras transpostas a projetos críticos nos mais distintos espaços de poder – principalmente nos de formação multidimensional, como é o espaço do conhecimento (formal e experiencial). Como defende Gina Vieira Ponte,

a pedagogia de projetos parece situar-se [...] como uma prática contra-hegemônica, tanto quanto seja capaz de subverter os modos de ser e fazer dentro da escola, propondo mais protagonismo ao estudante, e uma ação diferenciada do professor e da professora. Porém, tendo em vista que o que temos trazido à tela é a discussão sobre os pressupostos teóricos da Pedagogia Crítica, não basta falar em pedagogia de projetos, é necessário falar sobre pedagogia crítica e transgressiva de projetos. (Albuquerque 2020, 74).

Vemos, pois, de mais um ponto de conexão com o que acredita Gersiney Santos em sua proposta de Redes Pragmáticas (Santos 2017; 2019): para uma transformação voltada à retomada de narrativas de luta é essencial o trabalho focado e estratégico, como defendemos neste diálogo, politicamente intransitivo.

Elaborando a reexistência no combate às estratégias de inexistenciação

Tendo definido a categoria da inexistenciação, orientamo-nos agora para a proposta de categorias de combate sobre as quais a Aquilombagem Crítica se baseia para sugerir intervenções exequíveis, pragmáticas (Santos 2019). Assim sendo, é a partir dessa junção de forças contrárias aos esvaziamentos ontológicos operados pela inexistenciação que apresentaremos duas categorias que apontam para uma tomada de ação estruturada na coletividade (aqui, defendida como a comunidade ativada pelo quilombo ‘ampliado’): a aquilombagem⁵.

Ao trabalho que intelectuais honoráveis como Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Neusa Souza, entre outras figuras, desenvolveram contra o que explicamos como a inexistenciação, seguindo na proposta da AC, podemos

⁵ Diferentemente das propostas de “quilombagem” de Clóvis Moura e de “quilombismo” de Abdias Nascimento, Gersiney Santos (2019) opta por, a partir do substantivo ‘quilombo’ (no entendimento ampliado de Beatriz Nascimento), uma derivação semântica que implique um compromisso com o ato de deixar de ser um (ser individualizado) para assumir(-se parte d) o quilombo. Para tanto, agrega o prefixo ‘a-’ ao item nominalizado ‘quilombagem’, tendo em vista o sentido de ‘mudança de estado’ que o morfema ativa. Desse modo, a escolha orienta-se para o diálogo com os já respeitadas construtos de Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento e Clóvis Moura.

atribuir o entendimento de resistência ontológica. Na continuidade da luta por protagonismo político, avançando no tempo, podemos recorrer ao esforço epistemológico que autorias atuais como Ana Lúcia Silva Souza, Allan da Rosa, Gina Vieira Ponte e Renato Nogueira, por exemplo, têm desenvolvido, reunindo-as em uma atualização do conceito, proposto por Souza (2009), o de reexistência. Ademais, essa união poderá apontar para a categoria da existência (ou da existenciação). Em contraposição direta à inexistenciação. A compreensão da existência como categoria política é parte fundamental para o trabalho de retomada ontológica como passo decisivo para a mudança de paradigmas. Em linhas gerais, podemos explicar a imprescindibilidade da noção de existência para a transformação social por ser por meio dela que a resistência se desenha, com propósito. É a ideia de resgate para a ação transformacional ilustrado na metáfora da escavação, proposta por Claudia Miranda (2017): é preciso resgatar e preservar nomes que compuseram a percepção crítica de luta política efetivamente propositiva.

A existenciação é um processo que alimenta (e se retroalimenta) a reexistência. Como mencionado, o termo é oriundo de Ana Lúcia Silva Souza, a partir de seu trabalho conectado com os estudos do letramento e o movimento hip hop (Souza 2009; 2011). A intelectual, a partir do contexto de sua pesquisa, explica que a reexistência tem a ver com estratégias que capturam “(...) a complexidade social e histórica que envolve as práticas cotidianas de uso da linguagem, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discursos já cristalizados (...) (Souza 2009, 32) em que a luta de grupos sociais sob perseguição passa a ser “(...) marcada pelo esforço de reconhecimento de si, desafiando, de diferentes maneiras e em diferentes formatos, a sujeição oficialmente imposta, ainda materializada no racismo, nos preconceitos e discriminações.” (Souza 2009, 33). É observando que a proposta de Souza (2009) implica processos complementares ao que chama de (letramentos de) reexistência que o atualizamos no conceito da Aquilombagem Crítica, avizinhandoo ao de existência.

Desse modo, a existência, na AC, tem a ver com o entendimento de si no mundo, a partir de sua história, das tradições que compõem sua ancestralidade, das percepções materiais e simbólicas determinantes para seu bem-estar e afirmação de sua identidade (como potência ativa e transformacional), a fim de que se consolide uma base sólida para uma luta crítica de organização e mobilização. A existenciação é percebida, pois, como um retorno ao que nos faz Povo – sem esvaziamentos dos princípios e nomes ancestrais, mas sim através de sua prática e vivência –, ao que nos conecta de forma política-transcontinental (ou diaspóricas). É a partir disso que a categoria existência pode ser produtiva para o

desenvolvimento e a aplicação de estratégias robustas de resistência – como objetiva, por exemplo, Clóvis Moura. A partir da AC, entendemos a categoria resistência como estratégias de salvaguarda e manutenção da integridade de valores ancestrais consolidados que nos garantam a autocompreensão política, como seres agentes, cidadãos e cidadãos (cidadania nos termos de Milton Santos (2007)). É, a partir dessa conexão (existência para a resistência e de resistência como existência) que vemos como possível articular mais movimentos de reexistência. Assim, vemos que as três categorias unidas podem ser executadas em projetos de cooperação e reflexividade contra projetos de inexistenciação.

O quilombo dialogado de Clóvis Moura e Beatriz Nascimento na Aquilombagem Crítica

A partir do trajeto apresentado, propomos um exercício reflexivo que integra dois exemplos de intelectuais que podem ser conectados para operarmos estratégias de reexistência, segundo a AC. Beatriz Nascimento contribui sobremaneira para os processos que identificamos como de existência: ao buscar o quilombo como lugar de luta, mas especialmente de encontro e renovação, a pesquisadora, como já discutido, aponta para um mergulho em um entendimento não sufocado pela lógica da inexistenciação. Trata-se de valiosa oportunidade para – a ‘convite’ de Beatriz Nascimento – questionarmos o local histórico que nos foi e tem sido posto como pessoas negras: a resistência, portanto, poderia acontecer de maneira crítica (por exemplo, no comparativo das lógicas ancestral e ocidental), ao não aceitar de forma extremada a pseudovalorização monotonal operada pelos atores da inexistenciação. Em outras palavras, o já constante desvirtuamento operado pela lógica colonizadora ocidental acerca de nossa ancestralidade (o qual insiste em reduzi-la à objetificação e à reificação; isto é, a uma falsa valorização encaixotada no que for interessante para a manutenção de seu domínio sobre os corpos em situação de opressão).

A pseudovalorização monotonal diz respeito a como as pessoas negras foram e são metonimizadas e catalogadas no que uma lógica colonial necessita para se manter vigente (por exemplo, como quando processos discursivos como o da apropriação cultural, o tokenismo e o embranquecimento (*whitewashing*) ocorrem por meio de tecnologias sociais, como estratégias de inexistenciação). Esses processos ocorrem cada vez mais hoje em dia, tempos de velocidade digital, e, para serem efetivos, não recorrem sempre à força física necropolítica, mas sim a discursos, conforme abordado no início desta seção. Daí, a importância de uma perspectiva linguístico-discursiva na AC.

Neste desenho, interessam-nos as contribuições de Clóvis Moura para o entendimento concreto da realidade de exploração dos negros no Brasil. É exatamente esse o ponto que, vemos, pode aproximá-lo de Beatriz Nascimento para uma reflexão no âmbito aplicável da Aquilombagem Crítica.

Podemos, por exemplo, observar como os trabalhos mourianos localizam contemporaneamente a drenagem política na qual se encaixam também as pessoas negras, cuja força de trabalho sempre foi central na lógica capitalista. O processo de escravização (física) foi exitosamente desenvolvido pelas nações europeias dentro de um projeto de imperialismo corrosivo (em jogos destrutivos entre seus vários estados-nações) às custas de corpos indígenas e negros. Clóvis Moura, é exitoso em apresentar de modo enfático toda a desestruturação por que passam as pessoas negras no Brasil há séculos mesmo após a proibição do uso de mão de obra escravizada. Alinhar a perseguição histórica das pessoas negras à luta de classe pode ser tomado como uma estratégia de forte apelo para projetos plurais de mobilização transformacional com alianças estratégicas – principalmente, se levarmos em consideração que muitos movimentos de insurgência de ex-colônias africanas e americanas, no século XX, estiveram, de diversos modos, relacionados ao pensamento marxista na luta contra o colonialismo de potências capitalistas e suas atrocidades.

Reconhecendo a influência do marxismo no histórico de projetos de derrubada do colonialismo – destacadamente, em países do continente africano –, não podemos deixar de tomar a interpretação mouriana como um modo interessante de operação para a luta. A proposta materialista histórica pode dar conta de explicar as relações sociais às quais estamos imersos e imersas como povo – em detrimento de um espaço mítico de felicidade, proteção e aceitação à terra prometida –: redes sutis e sofisticadas que suportam, como defende Krenak (2020), uma maneira insustentável de vida (de dilapidação da Natureza, de expropriação de narrativas e de apagamentos em prol do acúmulo e do rentismo), o sistema capitalista. Simbólica e materialmente, é o capitalismo, o imperialismo e seus atores (mídia comercial, multinacionais, sistema financeiro, para citar alguns) quem tem escravizado corpos e mentes negras, metamorfoseando-se, por exemplo, em espaços de 'inclusão' nos quais categorias sociais conquistadas por luta e mobilização são esvaziadas, redesenhadas e vendidas como saídas para problemas criados por esse mesmo sistema. Simbolicamente, podemos analisar a pseudoinclusão capitalista das últimas décadas no Brasil como uma segunda abolição da escravatura: tão falsa e danosa quanto a primeira. São novos antigos senhores de engenho – agora lucrando em cima de nossas mentes.

É nisso que podemos, inicialmente, aproximar as honoráveis forças de Beatriz Nascimento e Clóvis Moura: dentro do proposto nesta reflexão, de acordo

com a AC, Clóvis Moura representa uma consistente estratégia de resistência no alinhamento da questão racial com a luta de classes – ao apontar que raça e classe acabam se interseccionando quando observamos de modo mais detido processos de inexistência. Tal percepção estaria em diálogo com o ‘pacto narcísico da branquitude’, descrito por Maria Aparecida Silva Bento (2002), conectado ao debate promovido por Jessé Souza (2017) acerca da caracterização social de uma “elite do atraso”: estudos bem definidos sobre como a inexistência é operada por redes de herdeiros da lógica ocidental de destruição voraz da diferença. Em síntese, podemos cruzar os construtos mencionados (de Bento (2002) e Souza (2017)), por exemplo, com o trabalho materialista histórico de Clóvis Moura. Beatriz Nascimento poderia ser trazida de modo dimensional para consolidarmos estratégias de existência, podendo ser relacionada com autores como Renato Nogueira (2017) e Tiganá Santana Neves Santos (2019). O foco é promover um entendimento sobre si a partir dos processos ancestrais, de reorganização ontológica, estes como constituintes de uma identidade de coletividade, autocuidado e protagonismo de narrativas.

Quando Clóvis Moura se refere ao quilombo como peça essencial para forjar a recriação de uma galáxia existencial na vivência negra, ele pensa no antagonismo senhor-escravizado como a posta em prática de uma nova relação – que só é possível como negação. É a negação da condição de escravizado que positiva ontologicamente a existência negra e a habilita por meio do conflito e da contraposição à ordem escravista. Nas palavras de Moura:

Assim, o senhor sabia que o quilombola já lhe fugira ao controle e com isto a disciplina despótica, indispensável à ordem do sistema havia sido trincada e fragmentada. Tinha de estabelecer, portanto, uma nova linguagem para tratar com ele. Não era mais a linguagem do senhor para o escravo, mas se articulava através de categorias de oposição radical. Por seu turno, o quilombola não usava mais a linguagem unilateral de obediência, mas, pelo contrário, uma linguagem de oposição a ele: a violência (Moura 2001, 8).

Do mesmo modo, Beatriz Nascimento reforça que é a polissemia, os usos e apropriações passados e presentes, e, talvez, futuros do quilombo que definem seu caráter central como estratégia de resistência multivariada, situada em constante readaptação à realidade e às necessidades do povo negro: “Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra” (Nascimento 1985, 48).

O componente plástico dessa prática situada permite sua reatualização histórica. Sua tradução como horizonte ou a busca constante de liberdade – como nos recordaram Conceição Evaristo e Angela Davis – é lida também como brecha

no sistema, como esperança, mas sobretudo como um instrumento vigoroso na reontologização e ressignificação constante da existência negra como prática de liberdade. Recordemos ainda que, ao ser questionada sobre a reescrita da história por negras e negros, Nascimento pondera que a única maneira de materializar essa reescrita é 'partir da história deles como grupo livre' – porque é só no reconhecimento da liberdade que existe a possibilidade de traduzir a emancipação ontológica na prática. Como a intelectual observa:

Por tudo isto o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto-afirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural (Nascimento 1985, 49).

Clóvis Moura e Beatriz Nascimento, através de percursos e vivências intelectuais, materiais e situadas distintas acabaram por oferecer densidade teórica e inspiração às práticas que hoje lançamos mão em nossas reexistências. Beatriz Nascimento, por exemplo, recusou-se a compreender o quilombo apenas como atos de sobrevivência da existência negra sob o escravismo: é de liberdade que falamos quando enunciamos a intransitividade e a intransigência do nosso ser ao afirmar a vida. É aquilombar, para viver de maneira plena, justa e digna.

Ademais, a Aquilombagem Crítica pode inclusive contribuir metodologicamente com projetos de reexistência, ao articular nomes como Allan da Rosa (2013) e Gersiney Santos (2017) – como consta nos trabalhos deste último (Santos, 2019) – no desenvolvimento de estratégias formidáveis à proposta (de letramentos de reexistência) de Ana Lúcia Silva Sousa (2009; 2011). Desse modo, usando a plataforma da AC, propomos que os Caminhos abertos por Beatriz Nascimento e por Clóvis Moura podem ser alinhados para percursos de continuidade com mais figuras intelectuais clássicas e contemporâneas, a partir da coletividade de negros e negras em uma retomada narrativa e acional contra a inexistenciação.

Reunindo mais algumas considerações (para futuros novos diálogos)

Experimentar tem necessariamente que ver com experiência. É a partir desse entendimento que nos propusemos à ousadia de reunir nomes da intelectualidade negra brasileira em um diálogo propositivo. Para ciceronear tal encontro, pusemos em perspectiva dois nomes que não se contentaram em presenciar o que neste texto definimos como inexistenciação. Beatriz Nascimento

e Clóvis Moura são duas figuras dentre a constelação de intelectuais negros e negras que convidam para a retomada de narrativas nossas que foram roubadas.

Esta proposta defende que a aproximação entre a concepção de quilombagem – como uma expressão de protesto radical negro – elaborada por Clóvis Moura e de quilombo – como um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional – defendido por Beatriz Nascimento se dá por meio da intransitividade do quilombo como lugar de existência e resistência, como estratégia histórica e situada, na reconfiguração da existência negra plena, para reexistência(s). Essas duas figuras ilustres estão aqui juntas porque não cremos no adestramento estanque que a lógica ocidental de produtivismo e rivalidades epistêmicos nos viciou; pelo contrário, assim como nos conta Wanderson Flor do Nascimento (2015), nossa condição está atrelada à noção de encruzilhada, de atravessamentos que vão além do sensível: para quem a percebe, a encruzilhada está para a troca assim como a luta está para cada pessoa negra consciente de si e de seu potencial no mundo. Sobre a luta, não cabe transitividade: diante de processos constantes de inexistência, a nós que nos entendemos como negligenciados dentro da lógica ocidental nos toca o movimento SANKOFA irrigado pelo UBUNTU.

Nossa plenitude ontológica é inegociável, mesmo que, a cada momento e a cada minuto, invistam balas, prisões, silêncios e apagamentos contra nós. Continuaremos. Aquilombando-nos e seguindo. Aquilombar é imperativo: há que entremear mãos e braços e mentes para a construção de novas trilhas, plurais, coletivas; o agir crítico nos fará entender que, na lógica ocidental e capitalista, a partir do entendimento dos processos da branquitude (aqui, destacados como fortemente discursivos), nosso genocídio sempre será algo menor, com nossos corpos sempre folclorizados e esvaziados de importância. Por isso ‘Aquilombagem’; por isso ‘Crítica’: para sermos intransigentes quanto a lutar contra estratégias de limitação, apagamento e extermínio; bem como para alinharmos o desenho de contragolpes diante da teimosa redução de nossas potencialidades à pecha de escravos, mulatas, feiticeiros, vagabundos e objetos para o deleite sadista da branquitude.

Em tempos atuais, é o diálogo franco, coletivo e reflexivo que poderá fazer frente ao circo colorido das representações de nosso genocídio – que não respeita idade, gênero ou condição intelectual. Começamos, pois, com o Brasil, mas estendemos a mão para toda uma Diáspora forte e resistente, rumo a sua própria escrevivência, nos inspiradores termos de Conceição Evaristo, e à força da dissidência, nas reflexões de Daiane Silva Santos. Boas-vindas, ao diálogo!

Bibliografia

- Albuquerque, Gina Vieira Ponte de. 2020. *Programa Mulheres Inspiradoras e identidade docente: um estudo sobre Pedagogia Transgressiva de Projeto na Perspectiva da Análise de Discurso Crítica*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.
- Alcântara, Débora Menezes. 2017. "A categoria política quilombola na encruzilhada: um olhar possível do encontro das vertentes epistêmicas decolonial e das autoras amefricanas Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez". In *Anais Eletrônicos do XVI Congresso Internacional FoMerco. Integração Regional em Tempos de Crise: Desafios políticos e dilemas teóricos*. Salvador UFBA. http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505962597_ARQUIVO_DEBORAMALCANTARAFOMERCO2017.pdf.
- Bento, André Lúcio. 2011. *A voz dos eventos sociais: uma construção pela atividade de textos e de discursos*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.
- Batista, Wagner Vinhas. 2016. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Bento, Maria Aparecida da Silva. 2002. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bernardino-Costa, Joaze; Grosfoguel, Ramón. 2016. "Decolonialidade e perspectiva negra". *Revista Sociedade e Estado*, 31(1): 15-24.
- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2011. *Características Étnico-raciais da População: Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Carneiro, Aparecida Sueli. 2005. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. http://bdpi.usp.br/single.php?_id=001465832.
- Carneiro, Sueli. 2011. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Cesaire, Aimé. 1978. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

- Cardoso, Lourenço. 2010. "Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista". *Revista latino-americana de las ciencias sociales y niñez*, 8(1): 607-630.
- Cardoso, Lourenço. 2014. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- Carone, Iray, e Maria Aparecida da Silva Bento. 2014. *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petropólis: Editora Vozes.
- Collins, Patricia Hill. 2016. "Black feminist thought as oppositional knowledge". *Departures in Critical Qualitative Research*, 5(3): 133-44.
- Davis, Angela Y. 2011. *Women, Race & Class*. New York: Vintage eBooks.
- Davis, Angela Y., e Frank Barat. 2016. *Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement*. Chicago, Illinois: Haymarket Books.
- Flor do Nascimento, Wanderson. 2015. "As religiões de matrizes africanas, resistência e contexto escolar: entre encruzilhadas". In *Memórias de Baobá II*, organizado por Machado, Adilbênia Freire, Maria Kellynia Farias Alves e Sandra Haydée Petit, 41-59. Fortaleza: Imprece.
- Freyre, Gilberto. 2019. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global Editora.
- Gonzalez, Lélia. 1984. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 2: 223-44.
- hooks, bell. 1995. "Intelectuais negros". *Estudos Feministas* 3(2): 464-98.
- James, Cyril Lionel Robert. 2001. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. London: Penguin UK.
- Krenak, Ailton. 2020. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Leandro, Paulo Roberto. 1977. *O negro da senzala ao soul*. São Paulo: Departamento de Jornalismo da TV Cultura. <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>.
- Mariátegui, José Carlos. 2005. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Vol. 4. Editora UFRJ.
- Mbembe, Achile. 2018. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: N-1 Edições.
- Miranda, Claudia. 2017. "Clandestinización y re-existencia diaspórica: horizontes expedicionario e insurgencia en afroamérica". In *Más allá del decenio de los pueblos afrodescendientes*, organizado por Campoalegre Septien, Rosa; Bidaseca, Karina, 173-184. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO).

- Moura, Clóvis. 1959. *Rebeliões da senzala: insurreições, quilombos e guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi.
- — —. 1994. *Dialética radical do Brasil Negro*. São Paulo: Ed. Anita.
- — —. 2001. "A quilombagem como expressão de protesto radical". In *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, 1–14. Maceió: EdUFAL.
- Nascimento, Beatriz. 1985. "O conceito de quilombo e a resistência cultural negra". *Afrodíaspóra*, 41–49.
- — —. 1989. "Beatriz Nascimento: Ori". *Jornal do MNU*, 17.
- Nogueira, Renato. 2017. "Entre a linha e a roda: infância e educação das relações étnico-raciais". *Magistro Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes–UNIGRANRIO*, Rio de Janeiro, 15(1): 398-419.
- Nogueira, Fábio. 2020. *Aula de abertura Curso Introdução ao pensamento social de Clóvis Moura. Contextualização histórico-social e política: vida e obra do autor*. Rio de Janeiro. <https://www.youtube.com/watch?v=YLzBFIm-1zk&t=3s>.
- Pinho, Osmundo, e João H. Costa Vargas (orgs). 2016. *Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Belo Horizonte: EDUFRB.
- Ratts, Alex. 2006. *Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Resende, Viviane de Melo e Rosimeire Barboza da Silva (orgs). 2017. *Diálogos sobre resistência: organização coletiva e produção de conhecimento engajado*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Reis, Rodrigo Ferreira dos. 2020. *Beatriz Nascimento vive entre nós: pensamentos, narrativas e a emancipação do ser (anos 70/90)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.
- Rosa, Allan da. 2013. *Pedagógica, autonomia e mocambagem*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Santos, Boaventura de Sousa. 2002. "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 237–80. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>.
- Santos, Daiane Silva. 2021. *Olhares para uma Literatura Afro-brasileira: Memórias de Infância e Educação nos Contos de 'Olhos D'água'*. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis.
- Santos, Gersiney Pablo. 2017. *A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil - um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.

- Santos, Gersiney, Daiane Silva Santos e Marianne Passos Silva. 2021a. "Linguagem, corpo e espírito da Natureza: uma proposta de (re)conexão a partir da Aquilombagem Crítica". *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 22(1): 67-71.
- Santos, Gersiney e Daiane Silva Santos. 2021b. "Epistemologias de reexistência: Um diálogo teórico-metodológico entre Interseccionalidade e Aquilombagem Crítica". *Revista Brasileira de Educação* [no prelo].
- Santos, Gersiney. 2019. "Linguagem e decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica". In *Decolonizar os estudos críticos do discurso*, organizado por Resende, Viviane de Melo, 95-117. Campinas: Pontes.
- Santos, Milton. 2007. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, Tiganá Santana Neves. 2019. *A cosmologia africana dos Bantu-Kongo por Bunseki Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil*. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos Souza, Neusa. 1983. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade no negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- Silva, Ana Paula Procópio da. 2017. *O contrário de "casa grande" não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social.
- Souza, Ana Lúcia Silva. 2009. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Souza, Ana Lúcia Silva. 2011. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Souza, Jessé. 2017. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.

Rosimeire Barboza da Silva

Doutoranda em Governança, Conhecimento e Inovação no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) em Portugal. É docente do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (CEAM/UnB) e pesquisadora no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade. Atualmente é *Erasmus and Traineeship fellow* no King's Brazil Institute do King's College London (2021-2022). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6409-0442>

Contato: rosebs@ces.uc.pt

Gersiney Santos

Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (NELiS/CEAM-UnB); da Associação de Estudos sobre Discurso e Sociedade (EDiSo); e da Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8615-880X>

Contato: gersiney@gmail.com

Recebido: 23/11/2021

Aceito: 22/09/2022